

ELEIÇÕES 2024

Cármem Lúcia: “Tudo correu com tranquilidade”

Ministra lamentou a falta de presença feminina nos resultados

Por Karoline Cavalcante

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou neste domingo (6) o resultado do primeiro turno das eleições municipais de 2024, que decide os representantes aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador. Segundo a presidente do TSE, ministra Cármem Lúcia, tudo correu bem.

“Eleição é isso. Com tranquilidade, sem hostilidades maiores, tudo dentro da absoluta normalidade”, afirmou a ministra.

Em balanço dos resultados para a imprensa, Cármem Lúcia destacou que o índice de abstenção foi de 21,71%, e o comparecimento de 78,29% dos eleitores. Ela admitiu ser alto o índice de abstenção. De 103 municípios, 50 terão votação para o segundo turno. Onze capitais decidiram os seus prefeitos em primeiro turno e outras 15 capitais terão o segundo turno na disputa.

O primeiro resultado divulgado aconteceu às 17h10, com a vitória de Jaime Cesca (PP) para a prefeitura de São Cristóvão do Sul (SC). Por volta de 21h30, mais de 97% das urnas do país estavam apuradas.

A presidente do TSE foi acompanhada do vice-presidente da Corte, ministro Kassio Nunes Marques; dos ministros efetivos, André Mendonça, Antônio Carlos Ferreira, e Isabel Gallotti; dos ministros substitutos, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes; do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barros; e do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Presença feminina

Neste primeiro turno, nenhuma mulher foi eleita para prefeitura nas capitais. Em aná-



Barroso e Cármem Lúcia comemoraram vitória da democracia

lise do cenário, a ministra considerou “uma pena”.

“Eu acho uma pena, muito triste, porque o desvalor que se atribui a nós mulheres é exatamente para que a gente não tenha a possibilidade de igualdade de condições e de direitos”, lamentou.

Segurança pública

Em boletim gerado às 19h30 deste domingo (6), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) divulgou que foram registrados 2.618 crimes eleitorais e 515 prisões, sendo 22 de candidatas.

Aconteceram 1.057 ocorrências no âmbito eleitoral, com 423 de compra de votos/corrupção eleitoral; 309 de propaganda eleitoral irregular; 203 de violação ou de tentativa de violação do sigilo de voto; e 64 de desobediência a ordens da Justiça Eleitoral. Mais de R\$ 520 mil em espécie foram apreendidos, além de 47 veí-

culos em uso para transporte irregular de eleitores e 28 armas de fogo.

A Operação Eleições 2024 foi coordenada pelo MJSP e contou com equipes da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Força Nacional de Segurança Pública e representantes das Secretarias de Segurança Pública dos estados. O balanço final deverá ser divulgado nesta segunda-feira (7).

Segundo a PF, no total, foram apreendidos R\$ 49,5 milhões de bens e valores nas eleições municipais de 2024, sendo R\$ 21,4 milhões em espécie.

Eleições 2024

Esta é a maior eleição municipal já realizada pela Justiça Eleitoral no Brasil, sendo que 155.912.680 pessoas foram consideradas aptas a votar. Dentre os números, as mulheres correspondem a maioria do eleitorado (52% do total), com

81.806.914 eleitoras. Enquanto os homens representam 48% do total, com 74.076.997 eleitores. 28.769 pessoas (0,02% do total) não quiseram informar o gênero.

O pleito do 1º turno foi realizado das 8h às 17h (no horário de Brasília) em 5.569 municípios. Entre eles, São Paulo é o maior colégio eleitoral do país, com 34,4 milhões de eleitoras e eleitores (22% do total), seguido de Minas Gerais, com 16.469.155 (10,5%), e do Rio de Janeiro, com 13.033.929 (8,36%). A região Sudeste concentra 43% do eleitorado nacional, seguida pelo Nordeste (27,7%), pelo Sul (14,7%), pelo Norte (8,3%) e pelo Centro-Oeste (6%).

Os três estados com o menor número de votantes são Roraima, com 389.863 (0,25%), Amapá, com 571.248 (0,37%), e Acre, com 612.448 (0,39%). Juntos, eles representam apenas 1% do eleitorado nacional.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Leandro Paiva/@leandropaiva



Boulos com Marta Suplicy, sua candidata a vice

A questão de Boulos: nacionalizar ou não

Os 57,62% de votos que resultam da soma dos obtidos por Ricardo Nunes (MDB) e Pablo Marçal (PRTB) e o bom desempenho de candidatos conservadores pelo país geraram uma dúvida para Guilherme Boulos (Psol): a validade de, no segundo turno, enfatizar a ligação do emedebista com Jair Bolsonaro.

O psolista decidiu deixar para a etapa final da

eleição para a prefeitura de São Paulo a associação entre Nunes e o ex-presidente. Isto, para não levar votos bolsonaristas para o emedebista, já que preferia enfrentar Marçal.

No segundo turno, usaria a rejeição ao ex-presidente para nacionalizar a disputa. Diante do que se viu nas urnas, a estratégia será rediscutida. Ontem, ele já enfatizou a discussão municipal.

Colaborações

A campanha de Nunes ressalta dois fatores decisivos para a vitória apertada: a divulgação, por Marçal, de um falso atestado médico contra Boulos e o pedido de Bolsonaro para que seus simpatizantes votassem no emedebista para evitar a vitória da “extrema esquerda”.

Prejuízo duplo

Aliados de Boulos concordam que o documento fraudado — desmentido horas depois de divulgado — foi prejudicial para Marçal, mas também para o psolista. Avaliam que muita gente menos ligada nos jornais acreditou na história de uso de cocaína pelo deputado.

Wilson Dias/Agência Brasil



Gilberto Kassab, presidente do PSD

Vitorioso, Centrão desfaz a rima da polarização

O resultado do primeiro turno mostrou a força do Centrão, que reúne partidos de tendência conservadora mas que estão sempre a postos para participar de governos à esquerda ou à direita.

Sete dos dez prefeitos eleitos no primeiro turno são do MDB, União Brasil, PSD e Republicanos.

O PL ganhou a eleição

em duas capitais e venceu outra disputa particular com o PT — está na briga do segundo turno em nove outras; o partido de Lula, apenas em quatro (não chegou em primeiro em nenhuma delas). Como ocorreu em 2020, os petistas correm o risco de não conseguirem ganhar em nenhuma capital, nem mesmo no Nordeste.

Vitoriosos

Dois filhos de Bolsonaro — Carlos e Jair Renan — foram os candidatos a vereador mais votados, respectivamente, no Rio de Janeiro e em Balneário Camboriú (SC). O 02 recebeu 130.480 votos, mais do que os 129.344 de Tarcísio Motta, candidato do Psol à prefeitura carioca.

Derrotado

Mas Renato, irmão do ex-presidente, foi derrotado na disputa pela prefeitura de Registro (SP). Ele teve 29,82% dos votos: o vencedor, Renato Moreira (PSD), recebeu 55,73%. Em setembro, Jair foi à cidade apoiar o cacula que, como os sobrinhos, concorreu pelo PL.

Helder na frente

Governador do Pará, Helder Barbalho ganhou pontos na disputa interna pelo comando do MDB — outro cacique é o senador Renan Calheiros (AL). Seu candidato à prefeitura de Belém, Igor Normando, vai com vantagem para o segundo turno, recebeu 44,89% dos votos.

Atropelado

Apoiado por Calheiros, Rafael Brito teve apenas 12,74% dos votos em Macaé, foi atropelado por JHC, do PL, reeleito com 83,25% das preferências. Pra piorar, o prefeito, apesar de algumas rusgas recentes, é próximo do maior inimigo do senador, Arthur Lira (PP-AL).

Após Lula destravar pauta, Galípolo será sabatinado

Por Gabriela Gallo

Após o primeiro turno das eleições municipais neste domingo (6), a semana volta a ser movimentada no Congresso Nacional. Nesta terça-feira (8), está agendada para as 10h na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado a sabatina do economista Gabriel Galípolo para assumir a presidência do Banco Central (BC) nos próximos quatro anos. O relator da sabatina é o líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA).

Se o nome do indicado pelo poder Executivo for aprovado por ao menos 14 senadores, Galípolo será encaminhado para ser avaliado no plenário da Casa. Caso ele seja aprovado em maioria simples no plenário do Senado, tomará posse como novo presidente da instituição em 1º de janeiro de 2025.

A sabatina de Galípolo será possível porque, na última sexta-feira (4), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retirou a urgência do primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024) no Senado. A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de sexta-feira. A pedido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a retira-



Com a pauta destravada, Galípolo será sabatinado

da da urgência visa evitar desgastes com o Congresso Nacional.

Reforma Tributária

Com a retirada da urgência do PLP 68/2024, o Senado pode dar continuidade à discussão do tema, sem apresentar a mesma pressão que a Câmara dos Deputados teve para aprovar o projeto. Até o início da tarde de sexta-feira, foram apresentadas 1.340 emendas ao projeto. Apesar de a CAE seguir debatendo o tema, o relator do projeto não foi ainda oficializado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, mas a expectativa é que seja o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que foi o relator do projeto que instituiu a reforma tributária. Porém, até o momen-

to, segue a previsão de que o texto seja votado e aprovado no plenário do Senado em novembro e, como ele deve sofrer alterações, retornará à Câmara.

Nesta quarta-feira (9), a CAE realizará uma nova audiência pública para discutir o tema, desta vez com foco no Imposto Seletivo (IS). Batizado como imposto do pecado, o IS engloba uma lista de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, implementando uma alíquota tributária muito elevada para desestimular o consumo.

STF

Também nesta terça-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados votará a Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) nº 8/2021, que limita decisões monocráticas (ou seja, decisões de apenas um magistrado) de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Relatado pelo deputado federal Marcel Van Hattem (Novo-RS), a medida também vale para decisões monocráticas de demais tribunais.

Ainda dentre pautas que visam impedir o chamado “ativismo judicial” — acusações, em sua maioria da oposição, de que a Suprema Corte anda escolhendo ter uma postura mais ativa na interpretação da Constituição, a depender do assunto ou dos envolvidos — a comissão também avaliará o Projeto de Lei nº 4.754/2016.

O projeto “tipifica crime de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal a usurpação de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo”.

Ainda tratando sobre o STF, a CCJ discutirá na terça-feira o Projeto de Lei nº 658/2022 que obriga pedidos de impeachment que sejam rejeitados pelos presidentes da Câmara ou do Senado a serem submetidos ao plenário das Casas.

É prerrogativa do presidente da Câmara dar seguimento a pedidos de impeachment de presidentes da República. E do presidente do Senado casos de ministros do STF.

Pedro França/Agência Senado